

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

MAIS E MELHORES SALÁRIOS PARA 2026

A economia portuguesa, em 2026, deverá manter a tendência de convergência face à média europeia, com um crescimento económico superior ao da média da zona euro acima dos 2%, de acordo com as previsões apresentadas pelo ministro das Finanças **afirmando que estamos num “Bom momento da economia Portuguesa!”**

Este ano apresenta-se uma taxa de desemprego estável e baixa e com uma continua criação de emprego pelo que o mercado de trabalho deverá registar uma evolução positiva. Em 2025, a população empregada continuou a aumentar, atingindo um valor recorde de 5,25 milhões de pessoas, representando o valor mais elevado da série histórica do INE que remonta a 1983.

Fica, portanto, provado que a economia portuguesa teve um bom desempenho económico com parco impacto na melhoria dos salários, particularmente nos trabalhadores, reformados e pensionistas de mais baixos rendimentos.

Ficou igualmente demonstrado que as empresas tiveram capacidade para aumentar os salários, sem que se destruísse emprego ou a economia.

Com este cenário positivo, temos a capacidade para ir mais longe do que o previsto nos pressupostos com que assinámos o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e nos Reforços posteriores.

Os Acordos cumpriram, plenamente, os seus propósitos, indo ao encontro daquilo que a UGT sempre defendeu, nomeadamente, de que os referenciais para a negociação coletiva seriam referenciais de mínimos, demonstrando-se que se conseguiu ir além do que as bases do acordado. Segundo dados da DGERT, em 2023, a variação salarial das convenções coletivas foi de 6,9% (era de 5,1%, no Acordo assinado em Outubro de 2022) e de 7,3% em 2024 (era de 5%, no Acordo assinado em Outubro de 2023).

A UGT, respeitando e valorizando o papel da Concertação Social, considera absolutamente fundamental que o Acordo mostrou que foi, e é importante, e válido, pelo que a UGT pretende continuar a manter e reforçar a sua eficácia ajustando-o à realidade conforme está nele estipulado desde o primeiro momento.

Tais circunstâncias não deixam de ser corroboradas pelo próprio Governo, uma vez que no seu programa eleitoral e de Governo, em matéria de salário mínimo, vai além do que está prospetivado no Acordo para 2028. Contudo, a UGT considera a meta do Governo pouco ambiciosa e reivindica um salário mínimo nacional de 1.200€ em 2029.

Nessa linha, a UGT defende que temos de visitar, anualmente, o texto do Acordo, conforme o espírito do próprio, por forma a analisar os contextos e as medidas para que cumpra, plenamente, o seu papel.

O salário mínimo nacional, cujo papel social que lhe é conferido pela nossa Constituição é indissociável da melhoria das condições de vida, constitui um estímulo ao consumo privado, impulsiona a economia e potencia, ainda, um crescimento dos salários em geral.

As atuais necessidades de aumento dos salários reais dos trabalhadores são claras: quer para o salário mínimo nacional, quer para os salários em geral.

Hoje as circunstâncias são, de facto, ligeiramente diferentes daquelas que perspectivávamos há 1 ano. Tínhamos uma inflação que estava a abrandar e que agora dá sinais de aceleração, os problemas com a habitação agudizaram-se e as taxas de juro que em virtude de tensões geopolíticas e instabilidades do ponto de vista internacional causam, neste momento, dificuldades acrescidas aos trabalhadores que diminuem o seu rendimento disponível.

Temos, portanto, de acautelar a necessidade de resposta aos problemas dos rendimentos dos portugueses, o que de resto, também foi compreendido pelo Governo aquando da promoção da medida de atribuição de um suplemento extraordinário de pensões e quando colocou no programa do Governo uma nova meta para o salário mínimo, aproximando-se daquela que a UGT sempre defendeu.

Atendendo ao exposto, a UGT pretende que estas matérias sejam alvo de urgente discussão em sede de Concertação Social, não só para dar cumprimento ao espírito do Acordo, como também, para dar resposta às necessidades concretas dos trabalhadores e propõe desde já:

- **Urgente valorização do Salário Mínimo Nacional em 2026 para 950€.**
- **Urgente revisão dos referenciais inscritos no Acordo para 2026 propondo que o valor não seja inferior a 5%.**

A UGT não esquece, também, os reformados e pensionistas. Não são aumentos extraordinários que resolvem os problemas das baixas pensões em Portugal e da pobreza que elas arrastam.

E, sejamos claros, para a UGT a discussão urgente é sobre salários e rendimentos e não se engloba em qualquer outro processo negocial, nomeadamente, o da legislação laboral em curso.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação na reunião do Secretariado Nacional da UGT em 25 de setembro de 2025